

O Manual Escolar no Quadro da História Cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal

JUSTINO MAGALHÃES

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa

justinomagalhaes@fpce.ul.pt

RESUMO:

Concomitantemente à construção de novos objectos epistémicos, a história cultural, tal como se desenvolveu no quadro de uma renovação historiográfica, a partir dos anos 80 do século XX, trouxe uma outra prerrogativa fundamental: a de fazer depender a delimitação e a compreensão do objecto da operação historiográfica enquanto acto epistémico total, reforçando uma idiossincrasia entre investigação e construção do objecto, por um lado, e fazendo emergir as noções de complexidade e multifactorialidade, por outro. Neste sentido, a história do livro escolar opera-se, entre outros aspectos, por contraposição ao livro, enquanto mercadoria e produto editorial, representando e configurando uma ordem cognoscente e uma marca autoral; por aproximação à realidade pedagógica e didáctica — posto que o livro escolar é o principal ordenador da cultura, da memória e da acção escolares; por inscrição na cultura escrita. Mas correlativamente a esta denominação e inscrição, num quadro cultural e pedagógico mais amplos, o livro escolar, na sua internalidade, enquanto principal suporte da cultura escolar e produto de uma dialéctica entre discurso e *episteme*, sugere e carece de uma abordagem específica, com recurso à seriação e fazendo emergir uma etnohistoriografia em que sobressai um historicismo que tende a determinar o sentido e a orientação da investigação.

Neste texto, para além de procurar fazer jus a estas deambulações, procuro também afirmar uma linha de investigação sobre o livro escolar, que reconheça a sua especificidade, mas que não deixe também de abrir-se a uma multifactorialidade e ao cruzamento de dimensões diacrónicas e sincrónicas. E isto, no quadro mais amplo de uma historiografia que integre o material, o cultural, o social, o escolar, o pedagógico, num complexo epistémico que contemple o triângulo básico da história cultural: o livro, o texto, a leitura.

PALAVRAS-CHAVE:

manual escolar, cultura escolar, história cultural, etnohistoriografia.

A história do manual escolar tem-se desenvolvido com base em três linhas de orientação, a que correspondem perspectivas disciplinares diferenciadas: uma etno-história (o livro escolar como meio didáctico e pedagógico privilegiado na estruturação da cultura escolar); uma abordagem no quadro da história económica e social; uma abordagem no quadro da história cultural. A possibilidade de aplicação destas perspectivas sugere que a história do manual escolar, enquanto livro e objecto cultural, se alarga para além do projecto investigativo de dupla entrada (história económica e história social) concebido e sistematizado por Lucien Febvre.

O manual escolar é um produto/mercadoria com profundas repercussões no domínio da sociologia do conhecimento; a sua construção como objecto produto/ cultural é também uma questão da ordem do saber; da ordem do livro e da ordem da cognição. Uma epistemologia do manual escolar constitui um desafio conceptual, cuja complexidade, extensível à história do livro, se particulariza, em síntese, numa dialéctica entre discurso e *episteme*. Há no livro, e muito particularmente no manual escolar, dimensões de natureza epistémica e gnoseológica, dimensões de natureza científica e discursiva, dimensões de natureza socio-antropológica, com referência à pedagogia e à psicologia, que não se confinam ao documentalismo e à biblioteconomia.

Meio didáctico e símbolo do campo pedagógico, o manual escolar, cuja produção corresponde a uma configuração complexa entre texto, forma e discurs-

so, é uma combinatória de saber/ conhecimento/ (in)formação. Neste sentido, é nos planos da representação e da apropriação, isto é, do conhecimento como saber e da informação como conhecimento, que a história dos manuais escolares constitui um contributo fundamental para a história do livro. Tomados como informação, os manuais escolares apresentam uma internalidade, cujos planos básicos são a simbolização, a cognição, a semiótica, compreendendo as seguintes dimensões: os manuais como leitura/ o leitor projectado, o leitor orientado; os manuais como estruturação e orientação do acto de ler e da experiência de leitura; os manuais escolares como intelecção/ acção; os manuais como significação e construção do mundo. Também como representação dos campos epistémico e científico, pedagógico, sociológico antropológico, os manuais escolares constituem um caso particular no quadro mais amplo da cultura escrita.

Fazer a história do manual escolar é indagar da génese, natureza, simbolização e significação mais profundas do saber e do conhecimento; é indagar da materialidade e da significação do(s) livro(s) como texto, enquanto ordem (suporte e unidade) do saber e do conhecimento; é indagar, ainda, do livro como discurso (configuração, forma/ estrutura, especialização, autoria); é, por fim, indagar do saber como conhecimento e do conhecimento como (in)formação.

Em tese e radicalizando, pode admitir-se que o manual escolar apresenta uma sobreposição entre texto e conhecimento, entre escrita e leitura, pois

que a lógica da sua construção é a da negação, ou melhor, a da não legitimação da interpretação, como processo cognoscente. Por outras palavras, no quadro dos manuais escolares, o grau de liberdade de interpretação, com base em operações complexas de hermenêutica, não só não é admitido *a priori*, como não é legitimado *a posteriori*. Se há lugar a variações de leitura, estas são acolhidas ou como falhas resultantes da incapacidade e dos condicionamentos do leitor, ou como actos perversos e ideológicos. Num caso como noutro, jamais deverão ser objecto de legitimação.

Qual a configuração do manual para assegurar (prevenir) uma (uni)versão da leitura? Se tomarmos esta pergunta como geradora de uma historiografia dos manuais escolares, a resposta corresponderá aos seguintes planos de abordagem:

a) Em conformidade com a especialidade dos discursos, os manuais podem ser inventariados, seriados, classificados e apresentados por domínios científicos que constituem áreas do conhecimento. É esta a função central da biblioteconomia, no âmbito da qual se desenvolveram sistemas classificativos, descritivos, informativos e expansivos, como o sistema universal CDU.

b) Apresentando marcas de adequação (configuracional, gnoseológica, discursiva) ao destinatário, e inscrevendo-se de forma operacional num momento específico do processo de ensino/ aprendizagem, os manuais podem, em regra, ser ordenados/ hierarquizados do simples para o complexo, em conformidade com a adequação didáctico-pedagógica.

c) Podem ainda os manuais ser ordenados/ hierarquizados, tomando como referência a natureza e o estatuto epistémico do texto, ou seja, no quadro da enciclopédia universal do saber: tratados, súmulas, *mementos*, rudimentos, cartilha, caderno.

Tomando a leitura como referente, acção e processo, suas perspectivas, suas marcas indutoras e ordenadoras (através da constituição de uma combinatória que configure e relacione factores/ categorias de autoria, com as categorias científico/ curriculares, com as categorias relativas à forma/ estrutura, com as categorias relativas à função/ lugar no acto pedagógico/ didáctico), os manuais podem ser inventariados, ordenados, seriados e analisados na sua es-

pecificidade. Em tese, um manual da autoria de um cientista, de um literato, de um professor, ou um manual de unidade curricular (temática e didáctico-pedagógica), ou, ainda, um manual/ compilação de lições ou compósito de textos, informam e enformam diferenciadamente a leitura, perspectivando visões de mundo, igualmente diferenciadas.

Sem o reconhecimento deste postulado, não se justificaria uma abordagem específica dos manuais, no quadro mais geral do texto, do livro e da leitura — ou seja, no quadro da cultura escrita. Neste sentido, a historiografia do manual escolar é um exercício que, recuperando uma base importante da biblioteconomia, se orienta para a ensaística e para a (re)conceptualização, no quadro da história cultural.

O manual escolar tem uma materialidade; espécime e produto autoral, editorial, mercantil, ele é mercadoria e produto industrializado e comercializado, com características próprias e que cumpre objectivos específicos nos planos científico, social e cultural. Os seus modos de produção e de circulação envolvem uma cadeia de agentes e estão condicionados por uma série de prerrogativas: dimensões autorais; técnicas e materiais de fabrico e reprodução; processos e percursos produtivos; circunstâncias e condicionamentos de comercialização, circulação, difusão, acesso. Neste quadro, a abordagem a partir de uma economia alargada não pode deixar de incluir uma tecnologia da produção, constituída por factores relativos a: locais; licenciamentos e patentes; direitos de autor e de propriedade; circulação e reprodução dos originais; mecanização, estilização e/ ou originalidade, nos planos tipográfico, editorial, autoral e estilístico. O estudo sócio-económico dos processos de produção e de distribuição alarga-se, por consequência, dos aspectos estritamente económicos, financeiros e técnicos a factores de agenciamento, graus de especialização e de profissionalização, organização, formas de controlo e de poder.

Mas o mercado do livro escolar, para além dos aspectos económicos e sociais de comercialização, distribuição, circulação, aquisição, empréstimo, é também afectado por factores de regulação e pelas circunstâncias históricas no que se refere às políticas curriculares e à mediatização do acesso por intervenção das instituições escolares e dos pro-

fessores, entre outros. Objecto de contrafacção, de censura e de controlo, o livro em geral, e o manual escolar em particular, não obstante as políticas de protecção dos direitos de autoria, reedição, tradução, adaptação, e a existência de censura prévia à publicação e à mediatização, não se apresentam isentos de falsificação, duplicação, plágio.

Com efeito, no caso particular dos manuais escolares, foi fundamentalmente para impedir a elevada frequência de infracções aos direitos de autor e para assegurar a normalização e a adequação da informação aos diferentes tipos de leitor, que, à existência de censura prévia, foram associados outros meios orgânicos de controlo de circulação e da utilização. São organismos que se regem por normas que respeitam à edição, à mercantilização, às formas de expressão, sua natureza e adequação aos destinatários, nos planos cognitivo, moral e ideológico, como ainda ao rigor científico e discursivo dos conteúdos.

Circunstâncias históricas houve, contudo, em que a aplicação destes instrumentos de regulação não foi suficiente para a superação dos condicionamentos sócio-económicos. É o que pode inferir-se ao tomar como exemplo a situação das escolas portuguesas quando das inspecções gerais realizadas em 1863 e em 1875. Uma parte muito significativa das escolas elementares então inspeccionadas utilizava livros que não estavam incluídos na listagem dos manuais recomendados pelo Conselho Superior de Instrução Pública. Dado que, segundo o testemunho dos professores e dos inspectores, esta situação se devia fundamentalmente a razões de carácter económico, está-se perante irregularidades que, apesar de não constituírem um desvio estratégico ao cumprimento das recomendações superiores, não deixavam de ser frequentes. Os livros mais usados eram, com efeito, aqueles livros ou manuais que existiam nas famílias ou nas escolas, ou ainda aqueles que o professor detinha e emprestava aos alunos. Também o critério da redução dos custos de produção foi, em diversas circunstâncias, utilizado para justificar o recurso ao livro único.

Ainda nos planos económico e social há dimensões de natureza sócio-profissional, que podem estruturar-se com base em dois eixos fundamentais:

1) inventário, descrição e hierarquização dos agentes e dos segmentos sócio-profissionais envolvidos nos processos de autoria, legitimação, edição e circu-

lação do livro escolar, seus métodos e formas de organização, mobilização, profissionalização, associação;

2) análise, caracterização e avaliação das intertextualidades, bases científico-culturais, recursos linguísticos e meta-narrativos.

É a combinação destas marcas, umas respeitando a locais, espaços e tempos definidos e outras reportando-se a um futuro projectado e imaginado, que fundamenta, povoa e hierarquiza a informação verbal, gráfica e objectual dos manuais escolares.

Principal meio de informação, conhecimento e legitimação da cultura escrita e da acção escolar, o manual, não obstante a sua função didáctico-pedagógica, apresenta uma evolução em boa parte análoga à história geral do livro, no que se refere à ordenação e ao significado como veículo do saber e do conhecimento, mas ajusta-se aos circunstancialismos e às prerrogativas das políticas da educação. Com efeito, analisado em si mesmo e como representação da cultura, do campo e da acção escolares, o manual apresenta, nos planos sócio-económico da circulação, da difusão e da apropriação, uma especificidade que para ser assinalada necessita de uma adequação dos critérios gerais da biblioteconomia.

É que, reafirme-se, se, no quadro da biblioteconomia e da epistemologia, os manuais escolares podem, pelas suas características gerais, constituir um único género bibliográfico, já tomados na sua especificidade apresentam uma grande diversidade de tipos. Para o núcleo duro da biblioteconomia, designadamente no que respeita a informação autoral, editorial e ramo/ domínio do conhecimento, o manual escolar não constitui um caso particular, sendo habitualmente tratado no quadro geral das normas e das práticas de cada sistema de classificação. Todavia, na medida em que simboliza uma construção cultural, estrutura o acto do conhecimento, materializa a relação pedagógica e configura o campo epistémico-pedagógico da cultura escolar, o manual constitui um caso particular da produção bibliográfica e desafia a uma historiografia específica. O reconhecimento da complementaridade entre a história do livro e a história do livro escolar justifica uma abordagem serial dos manuais.

A historiografia dos manuais escolares integra a história geral do livro e da leitura, pelo que a sua parti-

cularização não dá lugar a uma historiografia a dois níveis — o da generalidade e o da especificidade. No entanto, como a inclusão dos manuais no quadro da história cultural, especificamente nos domínios da história do livro e da leitura, não esgota a historiografia do manual, não pode deixar de se perguntar o que acrescenta a história do manual à história do livro e da leitura? Os fenómenos e, por força de razão, os factos culturais ou pedagógicos são construções sócio-históricas que contêm uma materialidade, uma representação, um agenciamento e uma apropriação. Será na medida em que os manuais respeitem e se adaptem à natureza profunda da realidade educativa que eles constituem um objecto específico no quadro da história cultural e, por consequência, no quadro da história do livro e da leitura.

Tomada numa acepção dinâmica e no sentido mais genérico, a cultura, muito especificamente a cultura escrita, é uma acção complexa de diálogo e de (in)formação, com base num texto, suportado por um discurso/ livro, cuja mensagem se transmite e é captada/ apropriada pela leitura. Texto, livro e leitura são, deste modo, os elementos básicos da cultura escrita e correspondem a uma acção educativa. As operações biblioteconómicas de inventário dos livros, autoria dos textos e classificação dos discursos por domínios científicos e níveis do conhecimento, têm-se revelado suficientes para uma intelecção e uma racionalidade das práticas culturais, no que respeita aos planos da produção, representação e circulação do livro. Aliás, a aproximação ao livro escolar permite ordenar os textos por graus de dificuldade e de complexidade, quanto à organização e transmissão da mensagem, como também por ordem de aprofundamento, quanto à produção do saber e aos domínios do conhecimento.

No entanto, é no contexto da leitura orientada, formas, práticas e metamorfoses do leitor, que a história cultural beneficia com a abertura ao caso específico dos manuais escolares. Do lado da produção, autoria, edição e circulação, os manuais escolares, ainda que podendo apresentar marcas específicas, não constituem uma boa referência biblioteconómica, pois que tais variações resultam frequentemente de deficiências de autoria e de falhas quanto à propriedade intelectual, devidas, em regra, à adaptação dos conteúdos às capacidades dos leitores e aos objectivos da acção escolar.

É por consequência como exemplo de adaptação dos conteúdos, teorias e conceitos de uma matriz científica pura a uma aplicação à realidade escolar, em primeiro lugar e, como representação e forma de acesso às práticas de ler e dar a ler, em segundo, que os manuais escolares constituem um contributo fundamental, se não único, para a história cultural.

As teorias da estética da recepção vieram conferir ao leitor o estatuto de factor determinante do acto de ler, valorizando os processos de aprendizagem e de apropriação como sendo os que melhor caracterizam a leitura enquanto processo educativo, e permitindo compreender, explicar e avaliar as diferentes formas de recepção e de uso das mensagens escritas. Neste contexto, o estudo serial dos manuais escolares, inventariados e ordenados por critérios que permitam caracterizar, hierarquizar e comparar os diferentes graus de complexificação e aprofundamento do acto de conhecer, por acção do leitor/ aprendiz, e as diferentes atitudes e formas de implicação e de formação/ mediatização do professor e do animador de leitura, a que acresçam o registo e a análise dos diferentes tipos de manuais quanto à estrutura, à composição, à autoria, é um contributo fundamental para o esclarecimento de algumas das questões mais complexas e profundas da história cultural, nas suas vertentes dinâmica e evolutiva.

O reconhecimento da especificidade dos manuais, enquanto produto cultural e objecto do conhecimento e de divulgação/ formação, permite referenciar e esclarecer a conflitualidade (articulação/ distinção) entre os critérios que presidem às classificações gnoseológicas e às classificações biblioteconómicas. Com efeito, é à luz das primeiras que a designação manual ganha sentido em si mesma, e que a vasta panóplia de tipos de manuais se ordena e articula, constituindo, pela natureza dos textos e pela orgânica dos livros, um produto cultural e um objecto epistémico específicos — o domínio científico da manualística. É, de igual modo, o estudo criterioso dos diversos tipos de manuais que permite uma aproximação às formas de uso, às práticas de ler e dar a ler, aos comportamentos cognoscentes do leitor e das comunidades de leitores, aos graus de liberdade de interpretação, aos processos de variação de leituras, aos planos de legitimação

das possíveis versões de texto, enfim, à interacção simbólica.

Esse é o vasto quadro em que ganha sentido o processo de construção de séries, informatizadas ou não, bancos remissivos e comparativos dos diversos tipos de manuais escolares, entre si, com outros tipos de manuais e com o livro em geral. Mais que tomar o manual escolar como uma aplicação e uma especificação da história do livro e da leitura, a construção de séries progressivas, interactivas, gradativas e selectivas são um ponto de partida e um referencial fundamental para a história e para a historiografia do livro e da leitura. Radicalizando, poder-se-á dizer que o romance literário (ainda que a sua diegese se traduza numa configuração plurifacetada que ordena e dá sentido ao acto e à experiência da leitura), por não apresentar, nem na sua concepção, nem na sua apropriação, uma orientação pedagógica e didáctica explícitas, está no extremo oposto ao do manual escolar, se colocados num eixo *continuum*. Partindo do manual escolar, a recíproca não é contudo verdadeira, já que o aprendiz/ leitor pode colher conhecimentos e informações ética e substancialmente relevantes e significativos, lendo um bom romance literário, sem que este assuma estatuto de manual. Ou seja, também o romance literário, na sua configuração, na sua linguagem, contextualização e desenvolvimento da acção, procura de harmonização e de implicação do leitor na construção e no desenlace da intriga, não contraria, em absoluto, as marcas estruturantes do manual escolar, sendo assim possível estabelecer um *continuum* que vai do romance ao manual.

Passa-se com o livro um processo analógico ao das disciplinas escolares. Foi na medida em que foram correspondendo às necessidades, às prerrogativas e às circunstâncias históricas da cultura escolar e da pedagogia, em geral, que os diversos ramos do saber se estruturaram em disciplinas curriculares. Idêntico processo se operou na evolução histórica do livro.

A abordagem serial do livro escolar visa tratá-lo enquanto produto cultural orientado para um sujeito leitor, em processo de formação e de crescimento, e cuja actividade de leitura deverá ser orientada e dirigida para determinados fins. Correspondendo

a uma pragmática que integra de forma articulada finalidades de diferente natureza e uma diversidade de facetas quanto à morfologia e ao conteúdo, os manuais escolares constituem um género bibliográfico específico, cuja configuração se traduz numa diversidade de tipos.

Neste sentido, e contrariando alguns dos critérios biblioteconómicos, é possível admitir como livro um manual de tamanho reduzido, porventura com menos de quarenta páginas, mas que corresponde a uma unidade temática, pedagógica ou simplesmente curricular. Pertencendo a um mesmo género, os diversos tipos de manuais traduzem o grau de orientação do leitor e de complementaridade entre as dimensões científica, curricular, didáctica.

História de uma mercadoria e de um modo de produção, a história do livro como a do manual escolar são também a história de arbítrios e conflitualidades culturais, de grupos, meios e processos sócio-culturais. De entre uns e outros, estes últimos são os mais estudados e porventura os mais significativos e conhecidos, nos planos da hierarquia e no exercício da hegemonia de poder, como ainda nos planos de definição e de relacionamento entre os domínios público e privado, urbano e rural. Com efeito, seja pelo aparato burocrático em que mergulham no decurso dos processos de produção, legitimação, aprovação e leccionação, seja pela sua centralidade no interior da cultura e da acção escolares, uma das marcas sócio-culturais mais relevantes quando se analisam os manuais escolares é a explicitação de juízos sobre conteúdos, lugares, figuras ou personagens. Subjazem aos manuais escolares lógicas de autoridade e de verdade que não são comuns a outros livros ou produtos culturais, mesmo no interior da cultura escolar. O manual escolar, mais que um meio de aculturação e de alteridade, é factor de afirmação e de dominação cultural.

Em Portugal, por exemplo, as Cartilhas, como os Manuais e Compêndios Escolares (estes últimos já no decurso do século XVIII), foram produzidos no interior de corporações ou de estruturas notáveis, como a Corte, a Universidade de Coimbra, as Dioceses, as Ordens Religiosas e Monásticas, os Mestres Régios. Desde o século XVIII que há factores de natureza corporativa e de controlo, que exercem determinado tipo de pressão sobre a produção, aprovação e circulação dos manuais escolares, e ain-

da sobre como historiá-los. Há, por outro lado, uma sociologia de utilização, circulação e apropriação que não se esgota nos circuitos produtivos.

Tal como se referiu, há uma etno-historiografia do livro e do manual escolar, cuja centração em factores de natureza económica e social visa inventariar e compreender, através da constituição de grandes listagens e séries, a especificidade da natureza e da história do livro como produto cultural e bem comerciável — catálogos de livrarias, editoras e distribuidoras; catálogos de bibliotecas; índices de livros censurados, proibidos, doados ou inventariados; colecções. É uma historiografia que se organiza pela articulação de duas lógicas diferenciadas:

- a seriação transversal, a partir de um referente — uma instituição cultural ou educativa, uma livraria, uma biblioteca, um fundo documental, uma biblioteca particular;

- a seriação vertical, orientada para um historicismo evolutivo e diacrónico, dentro de um mesmo eixo condutor temático ou material — o manual escolar, o livro de horas, as bibliotecas populares, enquanto *continuum* coleccionável, de livros ou de títulos, progressivo e expansivo, nos planos do conhecimento e da informação.

A aplicação destas lógicas ao manual escolar tem originado projectos de investigação em grande escala, que para além de uma inventariação sistemática, têm fomentado a construção do domínio científico da manualística e permitem abordagens comparativas.

Nesse contexto, a historiografia francesa, designadamente a partir do projecto EMMANUELLE, como mais recentemente a historiografia ibero-americana, através do projecto MANES, fomentaram grandes inventários, como base da manualística escolar e educacional. Na origem destes inventários estão uma ficha identitária de cada espécime publicado e uma tabela criterial que permite censar e discriminar o universo dos exemplares colectados, classificando-os quanto ao grau de especialização, à função, ao estatuto e ao uso como manual escolar.

A abordagem a partir da biblioteconomia, ainda que exaustiva e com grande instrumentalização material, não responde todavia aos desafios de uma

historiografia total do livro, uma vez que permanece centrada na produção e na oferta, circunscrevendo-se ao tipo de relações culturais que se estabelecem (ou é esperado estabelecerem-se) entre o sector sócio-profissional dos autores/ editores e os públicos-alvo. Não permite, se não por inferência, passar para o lado da procura, da utilização e da apropriação. Tal desafio, que, como tem vindo a assinalar Roger Chartier, constitui um dos objectivos da sociologia dos textos enquanto condição de integração da história do livro e da leitura na história cultural, radica numa análise das variações formais de um texto, seja no que estas contenham de inovação, seja no que contenham de acomodação e de adaptação a novos leitores e no interior das comunidades de leitores. Afinal, o triângulo básico da história cultural: o livro, o texto, a leitura.

Como passar para o leitor e para a leitura, através de investigações centradas na produção, na circulação e na oferta do texto e do livro? A uma estética da produção e da representação subjaz uma estética da recepção: como (re)conhecê-la e como relacioná-las? É aqui que novos desafios se levantam à historiografia do manual escolar.

Pelas suas marcas de orientação de leitura, projecção e conhecimento do público alvo, e pela normalização do acto de ler (práticas e experiências de leitura) no quadro da cultura escolar, o manual constituiria um segmento da produção bibliográfica em que se poderiam tomar por inteiramente conhecidas as características e os produtos da leitura e da apropriação. Todavia, nada mais enganoso e porventura mais difícil de investigar. No quadro da cultura escolar, as actividades de leitura são mediatizadas pelo professor, pelo grupo de alunos, são objectivadas em consonância com os fins e as funções da escola e da escolarização. Como inferir pelos exames e pelas aquisições de aprendizagem as formas e os significados da leitura? Ainda que as práticas de aprendizagem e de didáctica escolares sejam, em regra, uma aplicação de lecto-escrita, que relação pedagógica e antropológica subjaz de facto entre a leitura e a escrita escolares? Se as marcas de orientação de leitura constantes dos manuais só indirectamente podem ser tomadas como informação sobre as formas e as práticas de leitura, também a transferência da leitura para a escrita escolar (ou a regressão da escrita escolar para a leitura) só

indirectamente se poderá realizar. Entre o texto e a criança está o professor; entre o professor e o texto, está o programa.

A leitura escolar é uma leitura instrumentalizada. Assim, em que medida o manual é portador de marcas que indiciam e orientam essa instrumentalização? No seu modo de construção, como na orientação para um destinatário, o manual escolar distingue-se de outros livros porque apresenta orientações explícitas relativamente ao comportamento do leitor. O manual escolar é pro-activo, disciplinando o acto de ler. Como recolher, caracterizar e organizar essas marcas, no quadro de uma investigação? E, no entanto, são estas marcas que conferem um estatuto ao manual escolar e o situam como ponte e como mediação entre a leitura e a pedagogia.

A abordagem serial com recurso a uma hermenêutica suportada nessa mesma abordagem torna possível construir grandes categorias analíticas que permitem incluir e sobrepor-se à casuística escolar. É no quadro das grandes construções seriais que se torna possível projectar uma territorialidade e uma temporalidade que subjazem a determinadas experiências pedagógicas, e, ainda, que se torna possível acompanhar e traçar a geografia, o itinerário e o destino de um modelo pedagógico, de um autor, ou de um livro escolar. É esse trabalho comparativo que o recurso a bases de dados, por grandes contiguidades geográficas e sócio-culturais e por grandes correntes pedagógicas, permitirão obter.

Por contraponto a esta generalização e a esta procura das principais tendências, só a casuística, focalizada em observações aplicadas a certos públicos, a certas instituições, a certos territórios, a certas circunstâncias geográfico-históricas e às utilizações específicas de um texto ou de um manual, permite reconstituir cenas e experiências de leitura e falar de apropriação. É a articulação entre a particularização e as grandes categorias da abordagem serial que permite uma aproximação complexa e aprofundada à história dos manuais, do livro e da leitura.

E se o estudo de caso se torna necessário para uma abordagem consequente da sociologia da leitura, enquanto acto do conhecimento e da experiência de leitura, enquanto configuração antropológica, enquanto vestígio de uma experiência didáctica concreta, em que medida, para a consecução destes objectivos, se torna necessário ampliar as

bases de dados biblioteconómicas existentes nos vários fundos documentais? No plano prático, esta é a questão crucial.

De facto, as bases biblioteconómicas existentes nas bibliotecas apenas contemplam uma projecção da procura, a partir da oferta pormenorizadamente referida, mas não se abrem à apropriação. Por seu lado, algumas das dimensões básicas de manualística que têm vindo a ser mais trabalhadas são as seguintes: título, autor, leitor/ leitores, editor, matéria (classificação temática), género — texto/ discurso (científico/ humanístico, didáctico/ pedagógico), factores e agências de legitimação, formas de uso, divulgação e aquisição. Trata-se de um conjunto de descritores pouco habituais no quadro da biblioteconomia e que não se satisfazem com uma ampliação do número de campos e com uma maior atenção aos diferentes tipos de manual, mecanismos de edição, reedição e circulação, formas de legitimação.

No entanto, e de igual modo, nenhuma daquelas bases faz referência às diferentes versões de um mesmo texto e menos ainda se revelam sensíveis aos mecanismos de condicionamento e de orientação sobre as formas de uso e de apropriação. Como referir as diferentes configurações de um mesmo manual escolar? O que é texto de Autor e texto adaptado? Qual o papel da ilustração? E qual o papel dos suportes de leitura e de verificação (questionários, ordem dos textos)? Estas são algumas questões, entre outras possíveis, a colocar aquando do estudo dos manuais escolares, no interior de uma história cultural.

A progressiva especialização da historiografia do livro ao longo das últimas décadas tem ficado assinalada por linhas de investigação de carácter sistemático, nomeadamente a partir do Institute National de Recherche Pédagogique (França). Entre as produções historiográficas de maior relevo, para além de diversos catálogos em línguas francesa e inglesa, relevam: *Histoire d'Édition Française* (4 volumes); *Historia Ilustrada del Libro Escolar en España* (2 volumes).

Em Portugal, o projecto EME organizado a partir da Universidade do Minho, permitiu uma inventariação dos manuais de Língua Portuguesa e de Filosofia existentes na Biblioteca Pública de Braga e na Biblioteca do Antigo Liceu Sá de Miranda.

Ainda no âmbito deste projecto, tiveram lugar importantes eventos culturais e contactos internacionais que deram origem a estudos e a publicações sobre as diversas dimensões epistemológicas do manual escolar: gnoseológica, linguística e discursiva, didáctica, sociológica, historiográfica. O manual escolar tem sido, além disso, objecto de várias dissertações de doutoramento e de mestrado, no âmbito das quais aliás têm sido realizados inventários de diverso tipo, com vista a uma sistematização, por graus e níveis de ensino, por domínios do conhecimento, por formatos e tipos discursivos. Uma terceira aproximação ao manual escolar decorre do estudo dos meios, dos modelos e dos processos de ensino-aprendizagem aplicados na escola portuguesa. Estas últimas abordagens têm sido elaboradas com base nos relatórios da inspecção e dos órgãos de governo das escolas ou têm partido das listagens dos organismos de regulação e legitimação, nomeadamente: a Real Mesa Censória, o Conselho Superior de Instrução Pública, a Junta Nacional de Educação.

No que se refere ao ensino de Primeiras Letras e à Instrução Elementar, em Portugal, ainda que seja possível referenciar vários inventários constantes de estudos sobre níveis de ensino e objectos didácticos, não foi ainda elaborado um inventário criterioso e sistemático da manualística portuguesa.

Tomando como referência a Instrução Elementar, do mural para o manual enciclopédico e deste para a manual de leitura e de leitura e escrita, o percurso histórico do manual escolar corresponde, nos seus traços gerais, ao processo de escolarização da sociedade portuguesa — da alfabetização ao Ensino Primário Complementar, instituindo-se por fim uma Escola Elementar Graduada, correspondendo a uma Educação Primária/ Fundamental e posteriormente a um primeiro ciclo da Educação Básica.

Neste processo, o manual escolar tornou-se o meio pedagógico central. Na fase final do Antigo Regime, sob o primado das Luzes, escola e manual escolar sobrepõem-se, uma situação que se altera no decurso do século XIX, à medida que o sistema escolar se estrutura e que a função da leitura se autonomiza e reforça, face aos métodos catequísti-

cos tradicionais. Por um vasto período, o manual escolar cumpriu uma função enciclopédica, contendo todas as matérias que não apenas constituem a educação básica mas cuja utilidade e pregnância se prolongam pela vida, podendo ser consultado a cada momento.

Na transição do século XIX, correlativamente ao desenvolvimento da Escola Nova, que contém uma ampliação, uma diversificação e uma complexificação da pedagogia escolar (reforçando uma pedagogia activa, com base no dizer e no fazer), o manual escolar de leitura, como também os manuais específicos, constituem uma iniciação, uma abertura de caminhos, uma estruturação básica do raciocínio, com vista ao alargamento e ao aprofundamento da informação, remetendo para outras leituras e para outras fontes do conhecimento. Por um tempo, o estatuto e a função do manual escolar surgem assumidamente relativizadas e circunscritas, quer no âmbito de um processo progressivo do conhecimento e da formação, quer enquanto representação e estruturação da cultura e da pedagogia escolares. Neste último aspecto, há uma cultura escolar, de ritualização, gestualidade, socialização, formação, que não é vertida para o manual, mas que, no entanto, tende a ser, directa ou indirectamente, homologada, contextualizada, metaprojectada por ele. O manual escolar era uma das portas de entrada na vida e na cultura.

A progressiva sobreposição entre instrução e escolarização e entre escolarização e educação, nas primeiras décadas do Estado Novo, tendo por objectivo uma lógica basista e minimalista da escolarização elementar, converteram o manual escolar em livro único e numa antropologia básica. O manual escolar ordenava e permitia a interiorização de uma visão sobre o mundo. O manual escolar antropologizava o leitor/ aluno.

A centralidade do manual escolar e a sua maior ou menor didactização (alcançada através de questionários, orientação geral, estruturação) constituem uma fonte de investigação sobre a realidade pedagógica. Tal investigação pode ser organizada pela via directa ou por uma via de desconstrução, pois que houve partes da cultura escolar que não foram objecto do manual, e a pedagogização do manual não se operou sempre da mesma forma e com igual relevo na história da escolarização.

O estatuto do manual escolar confere-lhe um peso fundamental na estruturação do pensamento, na conceptualização e no método de construção e apropriação do conhecimento. Como historiar o estatuto do manual escolar? A partir dos enquadramentos legais? A partir da epistemologia dos saberes escolares e outros? A partir dos relatórios da inspecção e de outros organismos de poder e de regulação? Optando por uma abordagem serial, qual o valor epistémico das bases construídas a partir dos catálogos de editores de autores? E a partir dos fundos bibliográficos das instituições educativas ou, ainda, das bibliotecas públicas?

Como foi já referido, relativamente ao processo de escolarização em Portugal, para os séculos XVIII, XIX e XX, e genericamente, o estatuto do manual escolar sofreu algumas variações:

a) no quadro das Luzes e de uma leitura/ emulação, o manual escolar identifica-se com a escola, como método e disciplina e, posteriormente, como enciclopédia;

b) no quadro de uma valorização da cultura escrita como simbolização e acção, o manual escolar constitui uma iniciação, uma conceptualização, uma remissão;

c) num quadro estritamente (pre)formativo, o manual escolar sob as modalidades de livro único e unificado, funcionou como uma antropologia, uma visão total e organizada sobre o mundo.

Esta dialéctica evolutiva, mas também recursiva em boa parte, pode ser referenciada ao próprio enquadramento legal e à história da escola: a primeira fase arrasta-se até ao terceiro quartel do século XIX; a segunda fase marca os finais do século XIX e a Primeira República; a terceira fase marca o Estado Novo até à década de sessenta, quando se observa uma progressiva tensão sobre o livro único. As práticas escolares, sobretudo no século XIX, assinalam muitas transgressões e uma simplificação, se não mesmo uma reduzida utilização, do manual escolar. Relativamente ao ensino secundário, liceal e técnico-profissional, onde as

marcas de autoria e de autonomia dos professores foram mais notórias, estas fases históricas são menos nítidas, ainda que possam constituir ponto de referência.

É no quadro de uma etno-historiografia do manual escolar que têm vindo a ser elaboradas bases de dados que complementam e especificam os dados de natureza biblioteconómica. É uma historiografia que, para além da inventariação e da caracterização do manual escolar, sua tipologia, seus modos de produção e de circulação, sua evolução, permite conhecer e avaliar a função do manual como meio didáctico e como representação do campo pedagógico. No entanto, uma aproximação aos domínios da aplicação didáctico-pedagógica do manual, formas de uso em situação de ensino-aprendizagem, modos e níveis de apropriação, só se tem revelado possível através de estudos de caso.

A inscrição da história do manual escolar na história cultural, com abertura, entre outros aspectos, à produção/ conversão, à configuração dos diversos tipos de texto, em discurso didáctico/ pedagógico sob a forma de livro/ manual, à projecção e estruturação dos modos de ler e dos comportamentos do leitor e, ainda, à caracterização e avaliação das formas de apropriação, desafia a uma epistemologia complexa que implica um cruzamento de diferentes instrumentos metodológicos. Esta operação histórica é também uma rigorosa aplicação historiográfica que articula de forma coerente e consequente o historicismo da cultura escrita, da cultura escolar e da escolarização, e o do lugar e da função do livro escolar, com as conjunturas que assinalam rupturas, transformações e inflexões no sentido histórico. Enquanto objecto epistémico, cultural e pedagógico, o livro escolar tem um percurso e um tempo histórico próprios, cujos significado, sentido e evolução, representação e apropriação se documentam, compreendem, explicam e narram no quadro da história cultural.